

A GUERRA DE TRINCHEIRAS ESQUECIDA EM CATANDUVAS, PARANÁ (1924/1925): ASPECTOS GEOHISTÓRICOS

Forgotten trench battle in Catanduvas, Paraná State (1924/1925): Geohistoric aspects
La batalla olvidado de trincheras en Catanduvas, Paraná (1924/1925): aspectos geohistóricos

Marcelo Bordin¹

Resumo

O movimento político e militar denominado Revolução Paulista de 1924 resultaram em uma guerra de trincheiras na localidade denominada Catanduvas, antigo distrito de Guarapuava, hoje município de Catanduvas. Esse trabalho busca resgatar os aspectos geográficos e históricos desse período de aproximadamente 10 meses de uma guerra de trincheiras esquecida para os paranaenses e para os brasileiros em geral. A hipótese inicial é que o esse episódio histórico ficou em segundo plano após os acontecimentos que culminaram na revolução de 1930. Pretende-se ainda discutir a ocupação de aproximadamente um terço do território paranaense pelas tropas paulistas e voluntários de outros Estados. A metodologia de trabalho nessa fase é o levantamento de material bibliográfico e iconográfico do período em questão.

Palavra-chave: Revolução Paulista de 1924; Guerra de Trincheiras; Combates em Catanduvas; História do Paraná

Abstract

The military and political movement called Paulista Revolution 1924 resulted in trench warfare in the locality called Catanduvas, former district Guarapuava today Catanduvas municipality. This work seeks to rescue the geographical and historical aspects of this period of approximately 10 months of trench warfare forgotten for Paraná and Brazilians in general. The initial hypothesis is that this historical episode remained in the background after the events that culminated in the 1930 revolution. We also intend to discuss the occupation of about one third of the State of Paraná and São Paulo by volunteers from other States troops.

Keywords: Paulista Revolution of 1924; Trench War Battles in Catanduvas; History of Paraná.

Resumen

Los militares y el movimiento político llamado Revolución Paulista 1924 dieron lugar a la guerra de trincheras en la localidad llamada Catanduvas, hoy municipio de Catanduvas. Este trabajo busca rescatar los aspectos geográficos e históricos de este período de aproximadamente 10 meses de la guerra de trincheras olvidadas para Paraná y los brasileños en general. La hipótesis de partida es que este episodio histórico se mantuvo en segundo plano después de los acontecimientos que culminaron en la revolución de 1930. También tenemos la intención de discutir la ocupación de alrededor de un tercio del estado de Paraná y São Paulo por voluntarios de otros Estados tropas.

Palabras-clave: La revolución Paulista de 1924; Batallas de trincheras en Catanduvas; Historia del Paraná.

¹ Geógrafo. Cientista Político. Mestre em Geografia e Especialista em Sociologia Política e em Saúde Pública. Pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH) da Universidade Federal do Paraná e Pesquisador na linha de pesquisa: “A(s) Geografia(s) Territoriais Paranaenses: territórios, redes, políticas públicas e conflitos na formação do Paraná” da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: marcelobordin@hotmail.com e marcelobordin05@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A Geografia Histórica disponível da sociedade paranaense é extremamente conservadora e mesmo se levando em consideração a máxima “a história é contada sob a ótica dos vencedores” não é seguida à risca, pois boa parte dessa história não chega nem aos livros escolares, deixando uma lacuna enorme sobre como diversos fatos históricos evoluíram e quais as contribuições futuras para o desenvolvimento do Estado, seja de sua população seja de seu território, e nesse sentido se observa que os conflitos, as batalhas, combates, confrontos entre forças militares (estaduais e/ou federais) ou paramilitares, ocorridos dentro dos limites territoriais paranaenses não possuem um aprofundamento científico.

Como exemplo da precariedade de pesquisas científicas no campo da história militar paranaense, pode-se citar a Guerra do Contestado², considerada pelo Escrito uruguaio Eduardo Galeano (Galeano apud Fraga, 2009, p. 17), a maior guerra civil brasileira e também da América Latina, mas que no estado do Paraná não encontra uma base sólida para aprofundar o debate acadêmico de como esse conflito influenciou na sociedade paranaense e também de como foi a participação da força policial militar paranaense nesse episódio, fato esse em que são contados apenas as “glórias” e deixadas de lado as derrotas e as mazelas humanas.

Dentro dessa falta de aprofundamento científico com relação aos conflitos militares dentro do território paranaense e na busca pelo entendimento das consequências geradas por uma tentativa de derrubada do governo federal do então presidente Arthur Bernardes, por um movimento denominado revolucionário iniciado na cidade de São Paulo no ano de 1924 e a consequente marcha das tropas paulistas em direção ao Estado do Mato Grosso e posterior ocupação militar de uma parcela considerável do território paranaense, este trabalho pretende iniciar trazer à tona um período ainda pouco estudado da história do Estado do Paraná, e a participação do militares estaduais e federais, as possíveis disposição das tropas no teatro de operações, as estratégias, táticas e operações bélicas desenvolvidas dentro do território estadual.

Para compreender melhor esse momento importante da formação da nossa sociedade, porém relegado a segunda plano acadêmico e científico, pretendemos utilizar a

² Não iremos discutir nesse trabalho a questão da Guerra do Contestado, que possui diversos livros publicados e pesquisas acadêmicas desenvolvidas, em especial no Estado de Santa Catarina. No Estado do Paraná, podemos citar o trabalho “Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: Uma Abordagem Acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil”, Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (2006).

Geografia Histórica como elemento científico norteador desse trabalho, tendo em vista que as ações humanas do passado e, portanto históricas, estão sempre vinculadas ao espaço geográfico³.

PRECEDENTES HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ PELA COLUNA PAULISTA EM 1924

A origem do movimento “Tenentista” dentro das Forças Armadas brasileiras, em especial do Exército Nacional, aliado à falta de condições financeiras e material crônico desde os tempos do Império, além descontentamento por parte dos oficiais subalternos (tenentes) com os rumos da política nacional e a corrupção endêmica nos governos estadual e federal proporcionou o desenvolvimento de uma série de revoltas militares com objetivos políticos diversos.

Sobre as origens dos problemas nos primórdios da República, Santos (1994, p. 8) afirma que:

O segundo Império viveu uma gangorra política. Ora se apoiava no Partido Conservador, ora e sustentava no Liberal. A República, depois da ditadura do Marechal Floriano, passou a ser propriedade de um único partido: o Partido Republicano, originário dos Clubes Republicanos, inimigos da monarquia,... Donos do poder, os republicanos não fizeram a República dos sonhos de muitos idealistas. Daí, as desavenças, os crimes, o choques de interesses, as lutas de classes ou de camadas sociais em formação ou em desenvolvimento.

Nesse contexto de mudança de regime, porém sem uma efetiva mudança dos grupos no poder, a República continuou com os mesmos problemas políticos e sociais do regime anterior e que refletiram nas revoltas militares do início do Século XX, em especial as décadas de 1920 e 1930, e que deixaram marcas profundas nas Forças Armadas brasileiras até os dias de hoje. Sobre o movimento tenentista e as ações que levaram à Revolução de 1924, Abreu et. al. (2001, p. 1669) afirmam que:

Empossado em 15 de Novembro de 1922, Arthur Bernardes governou sob estado de sítio e intensificou a repressão contra toda a oposição. Com o aumento da tensão, grupos civis e militares começaram no início de 1923 a preparar um movimento armado para depor o presidente, contando desde o início com o apoio do ex-presidente Nilo Peçanha e a adesão do general reformado Isidoro Dias Lopes. A Adesão não se alastrou imediatamente, mas ganhou novo fôlego em dezembro seguinte, quando os oficiais envolvidos no levante de 1922 foram enquadrados no artigo nº 107 do Código Penal, que previa como punição a perda de patente e a expulsão do Exército. Vários deles resolveram desertar e se incorporaram à preparação do Levante.

³ Para uma melhor compreensão do conceito de Geografia Histórica ver ERTHAL, 2003.

Acompanhando ainda esses fatos, a vinda de duas Missões Francesas de treinamento para a Força Pública⁴ do estado de São Paulo (SANTOS, op. cit, p. 8), proporcionou o contato de diversos jovens oficiais com o que havia de mais moderno em termos de táticas, técnicas e também de material bélico, deixando ainda mais descontentes a jovem oficialidade brasileira com a penúria por qual passava a força militar nacional. Sobre a instrução militar ministrada por outros países para as forças policiais e militares no Brasil, Corrêa (1976, p. 28) afirma que:

Durante as primeiras décadas do século XX vários países latino-americanos solicitaram a colaboração, sob a forma de instrução, de missões estrangeiras, principalmente da França e da Alemanha. No Brasil, o governo de São Paulo foi o primeiro a tomar essa iniciativa solicitando o concurso de uma missão francesa para instruir a Força Pública de São Paulo – 1906 – antecipando-se à mesma iniciativa que seria mais tarde – 1918 – tomada pelo governo da União.

Essas missões de treinamento colocaram a Força Pública do estado de São Paulo em uma condição muito melhor do que o Exército Nacional seja em termos de recursos humanos, seja em material bélico. Conseqüências históricas posteriores foram o levante das forças policiais e militares paulistas em 1924, a Revolução de 1930 e 32, transformando essas duas décadas em um período muito conturbado da história da história política e militar do país.

O que chama a atenção com relação à “Revolução Paulista” é que os estudos acadêmicos, publicações e artigos são em sua maioria sobre os fatos anteriores e posteriores à Revolução de 1924 (também Revolução Paulista), sendo denominada também de “Revolução Esquecida”. Outra conseqüência das ações revolucionárias iniciadas em 5 de Julho de 1924 é o surgimento da Coluna Miguel Costa-Prestes⁵.

A coluna em questão percorreu grande parte do território brasileiro combatendo as forças militares federais, as polícias estaduais, grupos armados pelos grandes latifundiários ou “coronéis” de todo o país, exilando-se depois na Bolívia. A denominação de “Coluna Prestes” ganha reconhecimento após a década de trinta alçando o futuro chefe

⁴ Denominação utilizada pelas Polícias Militares em diversos estados do Brasil até 1964, ano do golpe militar que transformou os pequenos exércitos estaduais em forças policiais militares e as designaram como forças auxiliares do exército e responsáveis pelo policiamento ostensivo. Antes desse período quem realizava o policiamento ostensivo eram as polícias civis, guardas civis (antiga denominação das guardas municipais) ficando a força pública responsável por apoiar esses órgãos e para atuar em situações de guerras internas, e contenção de revoluções.

⁵ A denominação “Coluna Miguel Costa-Prestes” não é um fato novo, pois o comandante das tropas revoltadas era o Coronel da Força Pública Paulista Miguel Costa, sendo que as tropas gaúchas comandadas por Luis Carlos Prestes chegam para ingressar a coluna paulista quando as mesmas já se encontravam em território paranaense, chegando sem cavalos, sem armas e munições, sendo equipadas e alimentadas pelos revoltosos paulistas. Luis Carlos Prestes não tinha uma boa aceitação entre os revoltosos do Rio Grande do Sul, sendo inclusive motivo de chacota por seu jeito desajeitado ao cavalgar.

comunista à condição de “cavaleiro da esperança”, construindo o mito que se manteve até os dias de hoje, relegando o nome de Miguel Costa ao segundo plano da história da revolução de 1924 e 25.

A REVOLUÇÃO NA CAPITAL PAULISTA

A revolução deflagrada em 5 de Julho de 1924 na capital Paulista, liderada por Joaquim Távora e Miguel Costa tem por objetivo a tomada das instalações militares da 2ª Região Militar e seus principais quartéis bem como os da Força Pública do estado de São Paulo, sendo que quase a totalidade dos homens desta última aderem ao movimento. As principais estações de trem são ocupadas nas primeiras horas de movimentação.

A adesão dos militares estaduais da Força Pública foi de extrema importância para o movimento, pois essa instituição possuía na época melhor treinamento e também melhores equipamentos bélicos que o Exército Nacional, em virtude das duas missões de treinamento do Exército francês, sendo que um delas foi anterior ao primeiro conflito mundial, até então o mais moderno do mundo. A primeira missão desse tipo no Exército Nacional foi após o final da Primeira Grande Guerra Mundial.

O Governo do estado tenta resistir aos rebelados com os reforços da 2ª Região Militar, reforçando os locais ainda não ocupados pelas forças revolucionárias, porém a luta já está em andamento pelas ruas da cidade. A idéia inicial das forças contrárias ao governo federal era de enviar uma força para a cidade portuária de Santos e que a luta na capital fosse o mais breve possível, porém os planos não se desenrolaram como o pretendido, conforme afirma Abreu et. al. (op. cit.):

Dessa forma, falhou um elemento decisivo do plano original, que previa uma ocupação fulminante da capital, liberando tropas para a realização de ações ofensivas e enlacs com contingentes aliados de outras regiões. Diante da nova situação criada pela presença de fortes bastiões legalistas no perímetro urbano da capital, o General Isidoro optou pela retirada das tropas rebeldes em direção a Jundiáí, sede do 2º Grupo de Artilharia de Montanha. Essa decisão provocou um atrito entre os chefes revolucionários, pois Miguel Costa defendeu posição oposta, acreditando num desfecho favorável da luta pelo controle da cidade. Seu ponto de vista prevaleceu sobre o de Isidoro, que chegou a cogitar da renúncia à chefia do movimento.

Com a perda do fator surpresa por parte dos rebelados, os combates ficam limitados à capital e arredores ficando a população exposta aos bombardeios da artilharia das forças federais e das tropas paulistas não rebeladas. Segundo Heller (2006, p. 66) “Os bombardeios causaram numerosas vítimas entre a população civil. Milhares de paulistanos

trataram de fugir para o interior, abandonando suas casas e a situação tornou-se caótica e insustentável.”.

Nos combates dentro da capital paulista, Heller (op. cit., p. 66) chama à atenção a formação de grupos de imigrantes alemães, húngaros e italianos “muitos deles eram veteranos combatentes de origem camponesa, que haviam sido atraídos a S. Paulo depois da primeira Guerra Mundial, com falsas promessas de terras para cultivar e melhoria econômica.”.

Esses grupos de veteranos da grande guerra Europa ajudaram em muito no desenrolar dos combates e proporcionou uma vantagem estratégica para os rebelados quando o Exército Nacional enviou os primeiros carros de combate utilizados no Brasil, pois esse material de origem francesa tinha a deficiência de poder ser virado por um grupo pequeno de combatentes, pois era um veículo alto e com pouca largura⁶.

Com a chegada de novas tropas e equipamentos enviados pelo governo federal, a população civil foi alvo dos bombardeios de artilharia, uma das estratégias das forças leais ao presidente Arthur Bernardes para forçar a rendição das forças paulistas em combate.

As vitórias iniciais das forças rebeladas na capital paulista demonstraram que estavam mais bem preparadas do ponto de vista da condução das forças no terreno e também na contenção de efetivos maiores com menos recursos humanos e materiais, sempre utilizando o conhecimento do terreno para enviar reforços e equipamentos pesados onde eram mais necessários.

Nesse momento dos combates, destaca-se a figura do Tenente da Força Pública João Cabanas, que iria tornar-se famoso como chefe da “Coluna da Morte”, tropa rebelada com excelente mobilidade e moral elevada e que soube infligir sérias derrotas as tropas legalistas até o final da permanência das tropas paulistas em território paranaense, quando se exilou no Paraguai por não concordar com a continuação dos combates (CABANAS, 1926).

Após aproximadamente 22 dias de combates, os chefes da rebelião paulistana decidem que abandonar a capital e seguir em direção ao oeste utilizando o sistema ferroviário em direção ao Mato Grosso. A retirada das tropas e equipamentos ocorre de forma organizada e rápida, porém a quantidade de homens não é exata. O Tenente João Cabanas falou na retirada de seis mil homens, já o historiador Miguel Ivan Heller fala em três mil homens.

⁶ O carro de combate Renault FT 17 foram importados da França em 1921. Armados com um canhão de 37 milímetros ou uma metralhadora Hotchkiss com calibre 8 milímetro, em uma torre com 360° de giro. Tinha uma tripulação de dois homens e uma altura de 2,1 metros e largura de 1,7 metros (BASTOS, 2011).

O caminho pela estrada de ferro Mogiana é recheada de escaramuças e combates entre as duas forças, sendo que a “Coluna da Morte” comandada por Cabanas fica responsável pela sabotagem dos meios de transportes (composições ferroviárias) disponíveis e também por manter a retaguarda da coluna e os rebelados paulistas alcançam o estado do Paraná através da localidade de São José, no dia 31 de Agosto.

A REVOLUÇÃO CAPITALISTA NO TERRITÓRIO PARANAENSE: DE GUAÍRA ÀS TRINCHEIRAS DE CATANDUVAS

As tropas paulistas chegam ao território paranaense após espetacular retirada da cidade de São Paulo, demonstrando excelente disciplina de combate e organização logística e após a retirada pelo interior do estado bandeirante. A ocupação de parte do território paranaense não foi muito difícil em virtude da pouca ocupação por parte do governo, seja o federa, seja o estadual, sendo que a única instalação militar na região oeste era uma pequena colônia militar em Foz do Iguaçu.

Ao chegar ao território paranaense, as forças paulistas tiveram algumas escaramuças com as forças policiais e militares leais ao governo federal, em especial ao descer o rio Paraná utilizando vapores para transportar os soldados e equipamentos. A cidade de Guairá é tomada no dia 14 de Setembro de 1924, “após rápido tiroteio.” (MEIRELLES, 2001, p. 224). Após dez dias de marcha forçada, carregando feridos e os materiais individuais e coletivos, a coluna ocupa a deserta Foz do Iguaçu. A região possui excelente posição geográfica e segundo Meirelles (op. cit. p. 225):

Com uma forma triangular, o pedaço do Paraná em poder dos rebeldes, com a capitulação de Guairá, oferecia, do ponto de vista estratégico excelentes condições para uma resistência prolongada. Dois lados desse triângulo fazem fronteiras com a Argentina e o Paraguai; o terceiro com a Serra do Medeiros e outros acidentes naturais utilizados como linhas de defesa. Sob controle rebelde, a região apresenta vantagens também do ponto de vista tático: a retaguarda está protegida pela fronteira com dois países permite saída livre para o exterior.

Além de possuir uma verdadeira fortaleza natural na região adotada para repensar os rumos da rebelião paulista, a região não é de fato controlada pelo governo brasileiro sendo dominada pela Cia. Mate Laranjeira, que explorava a mão-de-obra local na busca pela erva-mate, tratando-os como escravos, além também das constantes invasões de contrabandistas argentinos que traziam os produtos para serem comercializados em território paranaense (CABANAS, op. cit.).

A permanência das tropas na região oeste do Paraná, a esperança da chegada de reforços vindos do Rio Grande do Sul e as posições na Serra do Medeiros proporcionaram “novo hálito de vida.” (MEIRELLES, op. cit. p. 225).

Na região oeste do estado do Paraná, a revolução dos paulistas busca fixar bases para que possíveis reforços cheguem e que possam ser traçados novos planos para os meses vindouros. A região da Serra do Medeiros é essencial, quer pela sua “trincheira” natural, quer pela estação de telégrafo instalada na região de Catanduvas, estação essa que poderia ser utilizada para que os chefes da coluna paulista mantivessem contato com diversos pontos do país. Para Cabanas (op. cit) o teatro de operações ficou da seguinte forma:

Isto posto, acrescentou o general Costa, que o estado das operações e a localização das forças eram estas: na margem esquerda do Paraná, ocupávamos como era sabido, os portos de Guayra, Mendes, Santa Helena, Iguassu e intermediários; no interior, sertões do restado do Paraná, estávamos de posse da estrada carroçável que liga os portos já mencionados á Guarapuava no trecho até Catanduvas e com patrulhas a léguas adiante próximo a Formigas. Por sua vez o inimigo concentrado em Formigas impedia o avanço das nossas forças pela cidade que sahindo tambem de Guarapuava, vinha em curva a Porto Mendes, passando por Piquery, deixando Catanduvas á sua esquerda. Nesta marcha de flanco o inimigo procurava restringir o nosso campo de operações e ameaçar a retaguarda; provavelmente teria alcançado já a fazenda de Campos Mourão em Piquery.

Nesse ínterim, as tropas federais leais ao presidente Arthur Bernardes e lideradas pelo Coronel Rondon, começam a estabelecer seus postos na região de Guarapuava, sendo continuo o movimento dos carroções e de tropas a pé, conforme Miranda (s. d., p. 47):

Setembro – 26. Iniciaremos hoje a marcha a pé , com destino ao Alto Paraná, cuja jornada deveria assinalar 6 meses de lutas, sacrifícios, sangue e vidas dos que nessa hora estavam em fôrma para a grande trajetória. Na estrada estão enfileirados os grandes carroções de tolda que formarão o nosso comboio. Os carros abrem a marcha vagorosamente, após os quais segue o batalhão. Passos cançados trilham as acidentadas e poeirentas estradas dessa região rumo a cidade de Guarapuava. Durante 5 dias marchamos para; finalmente, galgar o último planalto do Paraná, atingindo o nosso objetivo.

A forma de deslocamento das tropas, sejam elas leais ao governo federal ou as tropas rebeladas, era o cavalo, carroças e carroções e na maioria das vezes a pé, o que tornava a jornada ainda mais desgastante e que deixavam os soldados de ambos os lados descalços em virtude da baixa qualidade das botas e coturnos militares, impróprios para as marchas forçadas, além do precário apoio logístico proporcionado as tropas legalistas em combate. Ainda segundo Miranda (s. d., p. 58):

Com os pés descalços a sangrar nos espinhos de “nhapindá” e “unha de gato”, progredimos lentamente. Trepando e agarrando-nos nas encostas da serra quase a pique, vamos escorregando aqui e caindo acolá, sem parar durante todo o dia. Os soldados confundidos com os cargueiros parecem modernos bandeirantes ou audazes guerrilheiros, marchando pelas selvas numa longa e interminável fileira.

A precariedade do material utilizado em combate era compartilhada pelos soldados rebelados, conforme afirma Cabanas (op. cit. p. 237): “...*solo ingrato para uma marcha a pé descalço...*” e continua demonstrando a precariedade do fardamento e a falta de alimentos: “*Torturados várias vezes pela fome; vestes em trapos; corpo pontilhado de erupções, pés martirizados pela dureza dos caminhos...*”.

Apesar do precário apoio logístico e das dificuldades no deslocamento das tropas legalistas pelos sertões paranaenses, as forças policiais e do Exército continuam a bater as forças rebeladas, mas que se sustentam de forma incrível, agarrados nas trincheiras da Serra dos Medeiros e separados das tropas legalistas por apenas alguns quilômetros e os enfrentamentos tornam-se inevitáveis, causando pesadas baixas de ambos os lados.

As peças de artilharia repeliam os ataques dos rebeldes paulistas contra as forças federais na região da Serra do Medeiros e na localidade denominada Passo do Borman as tropas do batalhão de infantaria da Polícia Militar do Paraná são colocadas em prontidão de combate, sendo que a intensa fuzilaria dos infantas e a utilização de um canhão de 75 milímetros promovem uma retirada das colunas de vanguarda das forças paulistas.

O desenrolar dos combates na região de Catanduvas é um misto da guerra de trincheiras nos moldes da Primeira Guerra Mundial, estática e com grande utilização de canhões e metralhadoras em um martelar diuturno das posições inimigas, e também do uso constante de patrulhas e colunas em movimento para tentar enfraquecer o inimigo em um golpe na retaguarda. Os rebelados paulistas procuram economizar munição, pois não tem um sistema de abastecimento regular, dependendo da captura de armas, munições e demais equipamentos. Para os paulistas, a guerra de trincheiras no Paraná tornasse um martírio, seja pelos combates seja pelas características climáticas da região, conforme descreve Meirelles (op. cit. p. 341):

Os rebeldes estão enfiados em trincheiras improvisadas, cavadas às pressas na Serra de Medeiros, para conter o avanço das tropas legalistas. Os combates intensos, as noites frias e o calor sufocante, durante o dia, corroem lentamente o moral das tropas revolucionárias, que lutam contra um inimigo mais numeroso e armado com o que a de melhor. Famintos, com pouca munição e completamente sitiados, os homens passam semanas seguidas dentro das valas, que se estendem irregularmente pela encosta, obedecendo à acidentada topografia do terreno.

As tropas federais também passavam por dificuldades nas trincheiras da linha de frente, mas nada comparado às tropas rebeladas, que sofriam com a sarna, com a falta de assistência médica e com a falta de locais apropriados para a realização das necessidades fisiológicas, sendo que a trincheira era a cama, o banheiro e para muita a própria sepultura.

Os combates na região de Catanduvas se estendem até o final do mês de março de 1925. Após aproximadamente seis meses de combates em trincheiras e quase dez meses após a chegada ao território paranaense, as tropas rebeladas já não têm condições de continuar o combate. A esperança dos reforços do Rio Grande do Sul acaba com a chegada de aproximadamente 800 homens e mulheres, sem cavalos, sem equipamentos, armas ou munições, liderados pelo capitão do Exército Luis Carlos Prestes.

O comando decide que as tropas em Catanduvas devem segurar o grosso das tropas federais e o restante deve retornar para a região de Guaíra e de lá decidirem o que fazer após a retirada do estado do Paraná. O destino dos quatrocentos combatentes é a morte em combate ou a captura por parte das tropas federais. O avanço de quatro mil soldados sob comando de dezessete generais aliado ao constante bombardeio da artilharia e fustigados pelas metralhadoras não deixa alternativa além da rendição. O dia 30 de março marca a rendição dos últimos combatentes em Catanduvas, ou melhor, dos últimos farrapos humanos que restaram a combater pelo ideal da revolução paulistana e o futuro desses homens em péssimas condições será o degredo na colônia Clevelândia, no norte do país, dos quais menos de uma dezena vai retornar aos seus lares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar o assunto sobre a revolução paulista em sua permanência no território paranaense, este trabalho procurou trazer à tona um pouco mais sobre esse triste episódio da história do estado do Paraná.

A revolta paulista de 1924 não foi o único levante militar e político que tentou a retirada do presidente Arthur Bernardes. Esse ano deixou o país sacudido por inúmeras tentativas de revolução, sendo que quase todos os estados brasileiros tiveram algum envolvimento, seja pela sublevação de tropas militares ou pela passagem de efetivos militares ou mesmo combates entre forças legais e rebeldes.

A situação política no período foi muito instável e favoreceu um sem número de líderes locais e regionais a buscarem uma saída para a falta de perspectiva no cenário nacional e que culminaram na maior de todas as revoltas na década de 1920, mas que no cenário nacional não teve tanta importância como as revoluções de 1930 e 1932, sendo esses dois episódios históricos muito mais estudados e registrados do que a revolução paulistana ou paulista.

Na história “oficial” do estado do Paraná, esse período é muito pouco estudado e com muito pouco material científico produzido, somente nos últimos quatro anos é que o

tema veio à tona com a criação de um memorial às mortes dos combatentes na cidade de Catanduvas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alve de et al. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: pós 1930**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. v. 2.

BASTOS, Expedito C. Stephani. **Renault FT 17 – O primeiro carro de combate do exército brasileiro**. Bauru: Thaller Comunicação, 2011.

CABANAS, João. **A columna da morte sob o comando do tenente Cabanas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Almeida & Torres, 1926.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976.

ERTHAL, Rui. Geografia Histórica – Considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, 2003.

FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Contestado: o território silenciado**. Florianópolis: Insular, 2009.

HELLER, Milton Ivan. **De Catanduvas ao Oiapoque: o martírio de rebeldes sem causa**. Curitiba: Editora Letras Contemporâneas, 2006.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

MIRANDA, Floriano Napoleão do Brasil. **Revolta: relato das operações do 1º Batalhão da Infantaria da Polícia Militar do Paraná na campanha de 1924**. Curitiba: Tipografia Max Roesner, s. d.

SANTOS, Davino Francisco dos. **A Coluna Miguel Costa e Não Coluna Prestes**. São Paulo: Edicon, 1994.

Recebido em: 17/12/2013

Aceito em: 25/02/2014